

Brasília terá a primeira força-tarefa

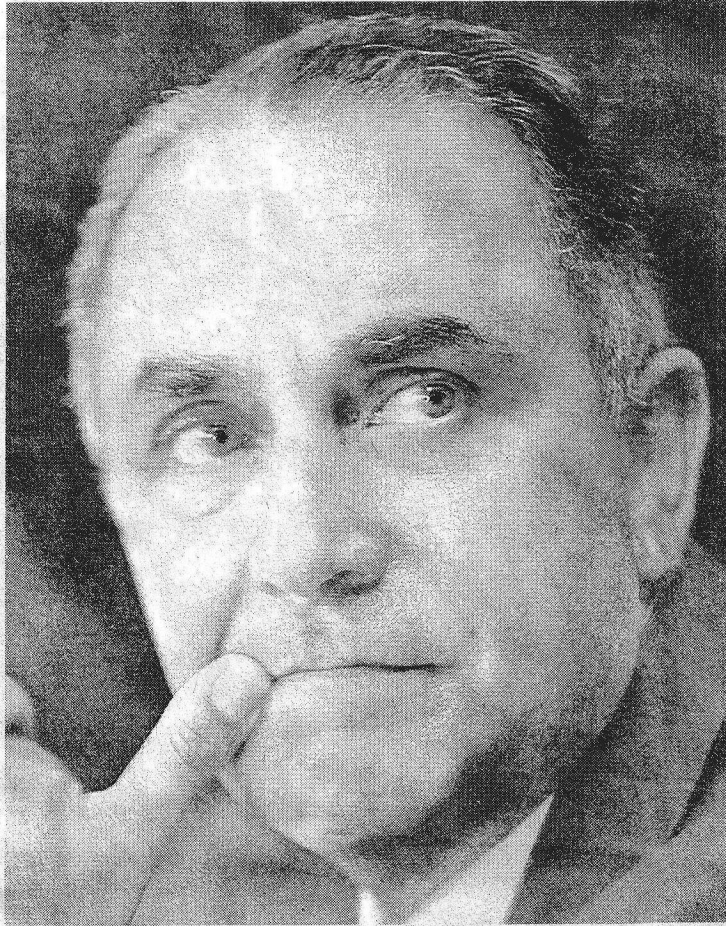
■ FH acerta ação policial conjunta no entorno da capital

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – A criação de uma força-tarefa composta por policiais federais, civis e militares, além de integrantes das Forças Armadas para combater a criminalidade na região do entorno do Distrito Federal foi decidida ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A decisão foi tomada depois de uma reunião com os governadores do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e de Goiás, Marconi Perillo.

O entorno de Brasília é considerada a quinta região do país em criminalidade. É composto por 19 municípios de Goiás e Minas Gerais, além das cidades-satélites do Distrito Federal. A criação da força-tarefa que atuará na região foi o resultado da primeira de uma série de reuniões que o presidente Fernando Henrique fará, visando a colher sugestões para o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado dia 20 passado.

Comissão – Uma comissão coordenada pelo chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, viabilizará a proposta. “Agora vai, governador”, disse o general Cardoso a Marconi Perillo, no fim da reunião. “Até primeiro de agosto teremos as primeiras ações concretas do plano de segurança”,



General Cardoso acredita que Plano de Segurança “agora vai”

anunciou Perillo. A primeira medida será a isonomia salarial entre os policiais do Distrito Federal e de Goiás. Os policiais goianos e das cidades do entorno de Brasília terão aumento de 50% em seus vencimentos.

O secretário de Segurança de Goiás, Demóstenes Xavier Torres, disse que, conforme o projeto encaminhado ao presidente, as For-

ças Armadas substituiriam 20% dos policiais militares que atualmente exercem funções de vigilância de trânsito, prédios públicos, rodovias, florestas e fronteiras. “Se nós conseguíssemos no entorno substituir 20% dos PMs pelo Exército nas tarefas atípicas, os policiais militares poderiam ficar mais voltados para o combate à criminalidade”, disse o secretário.

Fernando Henrique pediu pressa aos dois governadores nos estudos para implantação da força-tarefa. “Quero estar com tudo pronto até agosto”, determinou na reunião. Perillo entregou ao presidente um estudo propondo, além da criação da força-tarefa federal, a liberação de R\$ 48 milhões até 2002, isonomia salarial entre o pessoal do Distrito Federal e dos municípios do entorno, além de admissão de mais 4 mil policiais.

Salário – “Os policiais do entorno também serão pagos pela União, pois os de Goiás não querem vir para cá enfrentar esse aumento da criminalidade”, disse Perillo. Atualmente, o salário de um soldado da PM do Distrito Federal é de R\$ 1,2 mil. Na PM goiana, o salário não chega a R\$ 700 mil.

O general Alberto Cardoso será o coordenador da comissão que vai elaborar os projetos de aplicação dos recursos. Farão parte da comissão, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antonio Anastasia, o secretário de Segurança de Goiás, Demóstenes Torres, e o secretário de Segurança do Distrito Federal, José de Jesus Filho.

O governador Marconi Perillo solicitou a liberação de uma verba de R\$ 48 milhões, mas o presidente Fernando Henrique disse que este ano serão autorizados apenas R\$ 24 milhões para este ano. O governador Joaquim Roriz pediu recursos para construção de um presídio no Distrito Federal.

Samuel Martins – 31/1/2000